

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.640 - RJ (2019/0131760-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : GUILHERMO PINHEIRO DE QUEIROZ
ADVOGADO : JOSÉ RODRIGO ROCHA PANÇARDES - RJ131431
AGRAVADO : PORTALI EMPREEENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME
ADVOGADO : RAFAEL DUQUE DE OLIVEIRA - RJ139364

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por GUILHERMO PINHEIRO DE QUEIROZ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

APELAÇÕES CÍVEIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE UNIDADE IMOBILIÁRIA. GRAVAME DE INDISPONIBILIDADE QUE INCIDIU SOBRE O IMÓVEL, EM AÇÃO CONTRA A RÉ, PROMITENTE VENDEDORA, APÓS O CONTRATO EM TELA. ACORDO FEITO PELO AUTOR COM A CREDORA DA RÉ PARA QUITAÇÃO DO DÉBITO DESTA.

INSTRUMENTO DE NOVAÇÃO POSTERIORMENTE FEITO COM A RÉ PARA REPACTUAÇÃO DO SALDO DEVEDOR, SUSPENDENDO O PAGAMENTO DESTA DURANTE O REFERIDO ACORDO E ABATENDO-SE OS VALORES PAGOS NO MESMO. NOTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO DO SALDO APÓS A SUSPENSÃO. AUTOR QUE NÃO EFETUA A QUITAÇÃO DO SALDO PRETENDENDO NA PRESENTE AÇÃO A REVISÃO DAS CONDIÇÕES DA NOVAÇÃO POR ENTENDÊ-LA EXCESSIVAMENTE ONEROSAS, BEM COMO TER SIDO FORÇADO A FIRMÁ-LA. ALEGA, AINDA A EXISTÊNCIA DE OUTRA AÇÃO CONTRA A RÉ, TENDO PAGO O DÉBITO DA CREDORA. ONEROSIDADE INEXISTENTE, TENDO A NOVAÇÃO APENAS ATUALIZADO E SUSPENDIDO PROVISORIAMENTE O PAGAMENTO DO SALDO DEVEDOR.

NÃO COMPROVADO QUALQUER VÍCIO DE VONTADE EM SUA REALIZAÇÃO. PAGAMENTO DE DÍVIDA POSTERIOR DA RÉ QUE SERÁ ABATIDO DO SALDO DEVEDOR, EXCLUINDO HONORÁRIOS CONTRATUAIS AVENÇADOS PELO AUTOR.

DANO MORAL CONFIGURADO MAS QUE DEVE SER REDUZIDO PARA R\$5.000,00 MELHOR SE ADEQUANDO A EFETIVA DIMENSÃO DO DANO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO DA RÉ E DESPROVIMENTO DO RECURSO ADESIVO DO AUTOR.

Alega o recorrente, pela alínea *a* do permissivo constitucional, violação dos arts. 346, III, e 368 do CC, aduzindo o direito de sub-rogação e de compensação dos valores pagos à recorrida, trazendo os seguintes argumentos:

Caso mantida a decisão de 2ª Instância, o Acórdão recorrido nega vigência aos arts. 346, III e 368 do Código Civil Brasileiro, eis que o Recorrente não poderá se sub-rogar em parte do valor que pagou de débitos da Recorrida, bem como não poderá compensar esse pagamento ao seu próprio débito, o que propiciará o enriquecimento sem causa da Recorrida.

O acórdão sob análise acolheu parcialmente as razões da Recorrida, Portalli Empreendimentos Imobiliários LTDA, para reduzir do valor a ser abatido o montante pago pelo Sr. Guilherme Pinheiro de Queiroz, Recorrente, à Áurea Azevedo do Vale e sua advogada, o valor de R\$ 39.007,07, em razão de sua natureza de "pagamento de honorários contratuais", assim interpretada pelos Julgadores de 2ª Instância, além de redução do dano moral ao valor de R\$ 5.000,00.

Contudo, há flagrante valoração errônea das provas produzidas por parte dos julgadores de 2ª Instância, eis que o pagamento realizado constitui não uma verba paga à parte, mas sim, um simples desmembramento de cálculo para fins de pagamento, originário de um valor único, correspondente à atualização do débito existente entre a Recorrida e a Sra. Áurea Azevedo do Vale, oriundo de cumprimento de sentença nos autos do processo nº 0005887-78.2008.8.19.0066, sendo que tal valor inclusive fora objeto de penhora naqueles autos.

Tal desmembramento foi elaborado apenas para efeito de cálculos e pagamento, de forma a facilitar o direcionamento dos valores entre a Sra. Áurea e sua advogada, eis que esta havia pactuado com sua advogada, percentual sobre êxito na ação que movia em face da empresa Recorrida, processo n. 0005887-78.2008.8.19.0066.

Assim, não houve pagamento por liberalidade ou além dos valores do débito existente entre a Recorrida e a Sra. Áurea, apenas um desmembramento do pagamento, certo que originário de um único valor.

Em resumo dos fatos, a empresa Recorrida Portalli Empreendimentos Imobiliários LTDA, foi condenada a pagar na ação judicial nº 0005887-78.2008.8.19.0066 à sra. Áurea Azevedo do Vale, R\$ 130.023,55, correspondente ao valor do principal acrescido de multa do art. 475-J do CPC, estando este processo já em fase de execução, tanto que, às fls. 53, há deferimento de penhora do crédito no rosto dos autos da ação nº 0016764-09.2010.8.19.0066, processo movido pela Sra. Sônia Regina Paes, já citado acima, onde ocorreu a primeira indisponibilidade do bem, demonstrado estar o crédito já liquidado (fls. 387/388).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal

demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente